

1 **Memória da Reunião da Comissão de Saúde da Mulher do Conselho Estadual**
2 **de Saúde do Paraná**

3 **Local FUNPAR**

4 **Data: 26 de julho de 2012**

5 **Horário 14:00 às 16:30 hs**

6
7
8 **Presentes:**

9
10 Olga Laura Giraldo Peterlini – ABEN-PR
11 Denise Maria Régis – Crefito-8
12 Rosalina Batista – ASSEMPA
13 Heliana Neves Hemetério dos Santos – RM.Negras do PR
14 Adelina Delorenci Santos- ASSEF
15 Ligia Apaecida Mendonça-SINDSAÚDE
16 Izabel Brito - SESA
17 Maria Elvira de Araújo- ANEPAS
18 Maria Lucia Gomes – ASSEMPA
19 Maria de Nazaré C. Nery – CRESS-PR
20 Livia Dinis Lopes Sola – FAMOPAR
21 Elizabeth Bueno Candido – CMP
22 Clarice Siqueira dos Santos- Pastoral da Criança
23 Diniz Pontarolo – PDI cidadania
24 Claurinéia B. Teixeira –
25 Daniele Rodrigues – MS – SESAI
26 Alaerte Leandro Martins – SESA- 2ª RS
27 Aline Pinto Guedes – CRP
28 Maria José Scheller – SESA – 2ª RS
29 Carmen Regina Ribeiro – RFS
30 Genecilda - MST
31 Schirley Scremin – SESA- SAS
32 Juliano Schmidt Gevaerd- SESA-PR

33
34 **Pauta da reunião:**

- 35
36 1. Apresentação sobre a situação das mulheres detentas em regime
37 prisional;
38 2. Eleição para a coordenação da comissão de saúde da mulher;
39 3. Informes gerais;
40 4. Informes da RIA Mulher;

41
42
43
44 **Justificativas de ausências:** Marcia Huçulak e Maria Cristina Fernandes foi
45 representadas pela Isabel Brito-SESA/SAS

1 Rosalina iniciou a reunião as 14:00 horas, solicitando alteração de pauta
2 sugerindo a antecipação da fala do Juliano Schmidt Gevaerd que apresentou a
3 situação do sistema carcerário feminino no Paraná. Atualmente o Estado possui
4 03 Unidades Penais Femininas. Sendo o Centro de Regime Semi Aberto
5 Feminino de Curitiba – CRAF, Penitenciária Feminina do Paraná – PFP em
6 Piraquara e Complexo Medico Penal – CMP, ala feminina na cidade de Pinhais.

7 O Termo 29 foi celebrado entre as partes no dia 21/03/2011, com vigência de doze
8 meses, conforme clausula quinta do referido documento. Portanto, a partir da data
9 de assinatura do documento, técnicos da Secretaria Estadual de Saúde, Justiça e
10 Cidadania e Direitos Humanos e Segurança Pública iniciaram o trabalho em
11 campo. Este Termo 29 permitiu a construção de parcerias entre as áreas
12 governamentais e não governamentais, por meio do fortalecimento do dialogo
13 entre os partícipes do Acordo. Alem desta construção, a execução do Termo
14 ampliou as parcerias e principalmente consolidou o trabalho em saúde, que
15 deverá ser incorporado na rotina dos serviços de saúde os municípios, com vistas
16 a consolidar a saúde como direito social.

17 O Protocolo de Rastreamento, foram desenvolvidas em 63 municípios do Estados,
18 os quais tinham mulheres em privação de liberdade. Em muitos municípios as
19 atividades foram realizadas nas próprias delegacias. Em outros, as mulheres
20 foram atendidas nos equipamentos de saúde da cidade. Nas Unidades penais o
21 trabalho foi realizado no próprio serviço, uma vez que as mesmas têm ambulatório
22 de saúde. No total foram atendidas 1.105 mulheres.

23 E importante ressaltar que muitas secretarias de saúde dos municípios do Estado,
24 já têm em sua rotina de trabalho o desenvolvimento de ações de saúde junto à
25 população em privação de liberdade que estão nas Delegacias e Cadeias
26 Públicas.

27 O trabalho exigiu esforço de todos os profissionais envolvidos na ação. Pois,
28 muitas mulheres tiveram que se deslocar das Cadeias Públicas para Unidades de
29 Saúde, bem como para realização de exames complementares. Este
30 deslocamento exigiu um trabalho intenso de previsão de viaturas e escoltas das

1 mesmas, agendamento das consultas e exames nos serviços de saúde de forma a
2 garantir a assistência de qualidade a estas mulheres.

3 Destaca-se o empenho dos profissionais de saúde dos municípios e Regionais de
4 Saúde, profissionais da Segurança Pública (delegados e policiais civis e militares),
5 para a realização das atividades que constaram no Protocolo de rastreamento. E
6 como resultado, além do levantamento concluiu-se que o sistema de saúde do
7 local dos presídios e penitenciárias é quem devem assumir a responsabilidade de
8 saúde destes locais. Os presídios de segurança máxima de responsabilidade da
9 união, a saúde também deve ser de responsabilidade do Ministério da Saúde.

10 O segundo ponto de pauta refere-se a eleição da coordenação da Comissão de
11 Saúde da Mulher, D. Rosalina solicita aos membros que se alguém tiver interesse
12 em se candidatar, que se manifeste. Como não houve interesse e os membros da
13 comissão solicitaram que a D. Rosalina continue na coordenação, esta foi
14 reconduzida com a aprovação de todos os participantes.

15 **1. INFORMES GERAIS\:**

16

17 - Alaerte convida para participar de um curso nos dias 2 e 3 de agosto, sobre
18 planejamento familiar sob responsabilidade do Ministério da Saúde. Será para
19 todas as regionais de saúde do Estado.

20 - D.Rosalina informa que já articulou para que o curso seja realizado também em
21 outras RS. Que a questão mais importante que foi pauta da conferencia estadual
22 de saúde da mulher é assuntos tratada neste curso, como: DIU, preservativos e
23 diafragma.

24 -Livia relata que o núcleo da mulher empresaria realizou um abaixo assinado
25 solicitando um protocolo que garanta um atendimento digno, um espaço especial
26 e profissionais capacitados para lidar com esta situação.

27 - Ligia informa que o recurso repassado pelo governo federal ao Estado não foi
28 utilizado e Rosalina responde que a causa é orçamentaria.

29 - Alaerte relada sobre a CPMI que o relatório do grupo 1 e 2 e outros
30 documentos da CPMI, estão todos no site do senado (www.senado.gov.br). E
31 que a posição da SESA defendida pela Márcia Huçulak foi muito adequado e
32 muito plaudida.

33 - Ligia informa que o Curso sobre Promotoras Populares será realizado todas as
34 2ª feiras e vai até dezembro e será realizado na UFPR.

35

36 **2. INFORMES SOBRE O RIAMULHER**

37 - D. Rosalina informa que será solicitado, por ofício para SEE, informe sobre o
38 EJA nas regiões mais vulneráveis, pois as mulheres abandonam o estudo ainda
39 no ensino fundamental.

- 1 - Carmem complementa que o RIA quer os dados sobre as mulheres que estão
2 no Programa do Leite, Educação de Jovens e Adultos e outros programas que
3 podem fornecer dados sobre a necessidade educacional das famílias
4 cadastradas.. Malu sugere que enviem direto para setor responsável dos
5 programas em questão.
6 - Na reunião de ontem, a Secretaria da família compareceu na reunião e trouxe
7 como a secretaria esta trabalhando no sentido de ter um diagnostico mais
8 preciso sobre a família do PR. Trouxe também dados sobre os CREAs e os
9 CRAs no Estado e que são setores de suporte às famílias. Vão realizar uma
10 capacitação de sensibilização para as questões de violência contra a mulher e a
11 criança.
12 - Vão realizar um levantamento e vão identificar os processos criminais de
13 mulheres, e criaram uma coordenação especifica, com a finalidade de agilizar o
14 andamento dos processos.
15 - Estabelecer uma vara criminal especifica para as questões de violência.
16
17
18

19 **RECOMENDAÇÕES:**

- 20
21 - que na próxima reunião convidaremos um profissional que possa falar sobre a
22 humanização ao parto;
23 - apresentar e discutir o orçamento para 2013;
24 - discutir sobre o outubro rosa e o 25 de novembro;
25
26
27 Nada mais a tratar, encerro a presente ata às 16:30 hs, que foi por mim Olga
28 Laura Giraldi Peterlini lavrada e assinada pelos demais participantes em lista de
29 presença.